Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

AS MARCAS DA INDISCIPLINA NA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL

Wilamo de Omena Lopes Junior[1]
Aline Pereira Barros[2]
Fabia de Oliveira Silva[3]
Maria Angela da Silva Alves[4]

RESUMO

Este estudo aborda a indisciplina no contexto escolar. A indisciplina é vista de modo diferenciado por educandos e educadores; uma ação indisciplinar para um educador, pode não significar para outro. Reconhece-se que a indisciplina pode ser concebida por motivos externos a instituição educacional, contudo ainda a características submergidas e desencadeadas na instituição escolar assim como a afinidade com o educador, conteúdos trabalhados, educandos com histórico de problemas familiares ou social e diversidade cultural. A indisciplina é um assunto discutido em reuniões de educadores que ocorrem nas escolas. Profissionais da educação procuram incessantemente minimizar os acontecimentos de indisciplina que em sala de aula quer no ambiente escolar. Os motivos da indisciplina não estão ligados exclusivamente à instituição de ensino, mas também a família e a comunidade. Trata-se de um problema social que vem saindo do controle tanto das escolas como do poder público, atrapalhando o relacionamento professor-aluno. As implicações do problema se dão no baixo rendimento escolar e o desprazer dos funcionários da educação de modo geral. Realizada a pesquisa bibliográfica foi selecionado o material de modo qualitativo ligado diretamente ao tema abordado para que se tornasse possível à elaboração do presente trabalho. Buscou-se referencial teórico nos estudos de Aquino, Demo, Ferreira, Freire, Patto, Piaget, Silva entre outros. A indisciplina é um acontecimento que intervém de modo pejorativo no desenvolvimento educacional, identificada pela comunidade escolar como uma característica que necessita interferência metódica. Esse trabalho possui como objetivo indicar os motivos da indisciplina e sua influência na formação educacional.

Palavras-chave: Indisciplina. Ensino-Aprendizagem. Intervenção.

[1]wilamojr@msn.com
[2]Alinebarros09@hotmail.com
[3]Fabia.oliveira1@gmail.com
[4]Angelateacher2@hotmail.com

INTRODUÇÃO

Se existe questões que provocam muita polêmica atualmente, a indisciplina está entre elas. A quantidade de ocorrências em nosso país alcança dimensões preocupantes. Conforme os números divulgados pelo Gabinete de Segurança do Ministério da Educação, a partir de 1999, o roubo dos benefícios dos educandos teve um aumento bastante expressivo, ocorrendo de 2000 e 2001 de 297 para 714 acontecimentos nas 14 mil escolas de todo o país. A agressão física é a mais aparente por meio da pequena repressão física ou indução de confisco de valores financeiros e de outros itens. Esses tipos de ocorrência passaram de 609 em 2000 para 1400 em 2001. Em 1999 ocorreu o registro de 55 ataques a educadores e em 2001 esse número subiu para 146.

Por esta razão dentre tantas outras que o tema indisciplina vem sendo estudado e se busca um paliativo para sanar esta mazela. Indisciplina pode ser conceituada de diferentes modos. Um educando ou um educador indisciplinado é de início, um sujeito que possui uma postura fora do padrão de uma norma, quer explícito quer implícita, determinada em escolas ou sociedade. Os desvios de conduta são, entretanto, nomeados de maneira desigual dependendo de quem se trata: educandos ou educadores. Os primeiros são denominados de indisciplinados enquanto os segundos de incompetentes.

A indisciplina pode causar a violência, porém não é imperativo que esta aconteça. Por esta razão, vários estudiosos classificam a indisciplina em níveis, tais como perturbação, conflitos e vandalismo. A perturbação tende a atrapalhar o andamento das aulas ou até da instituição escolar. Os conflitos afetam o relacionamento formal e informal entre os educandos, acarretando inclusive a violência e agressividade, abrangendo em alguns momentos ações de roubo, agressão física e/ou verbal, estelionato, vandalismo etc. Do mesmo modo, os conflitos podem gerar, ainda, um mal estar no relacionamento entre educador-educando, subjugando o domínio e o estatuto do professor. Agora o vandalismo versus a instituição educacional busca inúmeras vezes, afetar tudo que ela constitui.

A hierarquia passa a ser questionada, diante de se tornar corriqueiro e natural a indisciplina nas suas mais distintas formas, admitindo-se como inevitáveis. A indisciplina só é ressaltada como problema quando ocorre agressão a colegas ou educandos, com a destruição ou furto de instituições educacionais etc.

Os educandos possuem uma conduta indisciplinar por temperamento ou porque os acontecimentos provocam esse

comportamento neles? A esse respeito, é possível citar dois fluxos teóricos básicos (AQUINO, 1996). Uma garante que a indisciplina é uma disposição correspondente a todo sujeito, se encontra grifado em seu código genético. O Estado, a educação e a cultura, operam como trava destes cometimentos antissociais. Trata-se de uma antiga teoria que foi útil a Thomas Hobbes para respaldar a carência de um Estado forte, capacitado a conservar a conduta dos "homens-lobo".

A seguinte corrente ampara a teoria de que a natureza humana é uma embalagem desocupada, apto a ser cheio pelos estímulos que embolsa do exterior. De acordo com o caráter destes estímulos deste modo constituirá a criança, o adulto. As situações definem aquilo que cada sujeito é.

A contrapartida desta visão igualitarista, sustentada pela primeira vez pelos sofistas, foi o aparecimento de uma multiplicidade de métodos e técnicas para dar forma à natureza do homem. Diversas são as teorias que surgem tentando interligar o "inato" com o "adquirido", o "biológico" com o "social". Lembrando que as transformações acabam sendo, de certo modo, uma ação de indisciplina ou de ruptura brusca com a resolução predeterminada. Não é viável enxergar a indisciplina simplesmente como algo ruim. Em alguns momentos ela pode constituir uma ação edificadora e inovante.

Cotidianamente os educadores se deparam com algum tipo de manifestação da indisciplina por parte de seus alunos. Encontramos dois tipos de indisciplinas nas instituições de ensino: as frequentes e as excepcionais.

Frente as frequentes podemos exemplificar como: indiferença, sussurro, envio de bilhetes, com espaço de tempo cada vez maior, arrogância, indagações realizadas com a finalidade de constranger o educador ou mesmo declinar o assunto que está sendo abordado, gerando tumulto completo na sala de aula, e ainda entradas e saídas da sala de aula.

Os modelos excepcionais de indisciplina consistem em agressões a companheiros ou aos educadores, furtos, assédio sexual, comportamento preconceituoso etc.

O primeiro modelo atualmente se encontra vastamente abrangente, enquanto que o segundo está em fase de crescimento. Entretanto, é difícil realizar um levantamento dos motivos da indisciplina nas instituições de ensino. Este número cresce desordenadamente, na maior parte das vezes toleradas, nos instantes em que ocorrem em um consistente respaldo científico.

Os motivos familiares da indisciplina conduzem a refletir que os educandos contraem esse tipo comportamental e acabam por demonstrá-lo em sala de aula. Entretanto, é possível afirmar que os educandos em sua totalidade podem ser enxergados como indisciplinados, afinal a escola é uma determinação quer do Estado quer da família. Por esta razão as salas de aula passaram a ser considerado espaço de coação e contenção de vontades. Algumas ações indisciplinares ocorre com o intuito de copiar outras ações de grupos ou gangues. Por meio desta postura, os educandos buscam ganhar confiança e poder através do apoio recebido pelos imitados no meio do grupo escolar.

O Ministério da Educação é, na atualidade, um dos maiores provedores da indisciplina escolar, não somente por seus regulamentos estabelecidos a respeito do assunto, mas principalmente pela brandura dos processos que avalia. A ausência de punição torna-se neste local educacional, um substancial incentivo as práticas indisciplinares, afinal as instituições de ensino não se encontram aptas a encararem e resolverem tais situações. O aumento da laboração por parte dos alunos, pais, poder público e privado nas disposições adotadas pela instituição escolar, veio a ser uma nascente de discussão e confusão, onde comumente terminam por suscitar ambientes favoráveis a incursão da indisciplina.

Normas disciplinares podem ser tudo ou nada. Os educadores imaginam que estas podem livrá-los da indisciplina e tentam aperfeiçoá-la para torna-la completa. Conforme aumenta a indisciplina ocorre uma expansão nas normas disciplinares. Os motivos são os mais variados.

Não somente educadores, gestores e coordenadores, mas também a família e inclusive os educandos, que com o passar do tempo acabam submetidos da quantidade de significados e valores que a indisciplina escolar admite (AQUINO, 1996). Como compreendê-la, afinal, de modo diferente do natural como é entendida no cotidiano?

Diante de ser um assunto polêmico no dia a dia dos profissionais da educação, é intrigante que esteja ausente na bibliografia técnica, quem sabe por ser um modelo oposto do analisado por especialistas em educação. Percebe-se que a indisciplina é conduzida de modo “agora”, no instante em que ocorre excluso do estudo necessário. Com o intuito de suavizar esta carência bibliográfica, este trabalho tentará ajudar a preencher em parte essa lacuna a respeito do assunto.

Esta pesquisa tentará retirar a responsabilidade, que atualmente é única,

do educando. Irar-se avaliar a indisciplina diante de diversas óticas, na busca de dizimar esse naturalismo com que é tratada a indisciplina no dia a dia. Este trabalho também buscará abarcar esse problema preciso que passam os profissionais da educação, para então entender a real função da instituição educacional e suas responsabilidades.

Deste modo, o colapso vivenciado na educação pode tornar possível a recuperação de sua real função pedagógica, exigindo de seus componentes ultrapassar seus limites, os problemas e serem derrotados além da superação diária (FURTER, 1992). Desse modo, a educação será repensada constantemente, desmembrando o pensamento de tradição comportamental e educativa. Da mesma maneira que o planejamento é uma atividade que o sujeito executa com a finalidade de suprir as carências do antigo, a educação necessita constantemente repensar sua postura diante da sua carência de desenvolvimento constante.

As duas terão, entretanto, suas concepções na competência em valorizar, ou seja, de substituir constantemente suas convicções. Para tal, torna-se imprescindível conceituar as afinidades entre valoração, os valores e a educação, de modo a mostrar com precisão o domínio pedagógico. Através do reconhecimento passa a ser concebível, através de um indivíduo responsável, entender a relevância que o sujeito possui na sua constante maturidade, e não apenas que encontre o manuseio da cultura ou o responsável pelo entendimento desta. É preciso que busque requisitos para empenho educacional constante. É necessário, portanto, que a educação tenha um rumo humanista e que, consistindo num modo de vida, não se sinta satisfeita com o chamado “humanismo paterno”, menos ainda com os posicionamentos arcaicos das instituições de ensino, que mesmo deste modo acabam por ampliar as possibilidades da população.

Esta pesquisa alude a uma análise a respeito da indisciplina educacional, onde incessantemente danifica quer o ensino quer a aprendizagem. Educadores e coordenadores possuem problemas em determinar medidas disciplinares em sala de aula e desconhecem o limite de sua autonomia para interferir nas posturas comportamentais desses alunos.

Frente a todo o exposto, esta pesquisa será de cunho dedutivo-bibliográfico com o intuito de avaliar a educação sob o olhar teórico. Utilizando publicações e acervos eletrônicos, procurar-se-á concretizar esta análise a respeito da indisciplina bem como ajuda e sugestões.

REFERENCIAL TEÓRICO

Os descaminhos do ensino: do fracasso escolar a indisciplina

As obras publicadas no âmbito educacional afirmam que, o nosso país, o começo da escolarização ocorre de forma grandiosa e seletiva, afinal passou-se a perceber uma quantidade cada vez maior de alunos que, diante dos obstáculos que se agravam, terminam em diversas ocasiões, a ficarem de fora da escola ou evadem.

De acordo com alguns autores, a instituição educacional tem apresentado uma imagem nefanda ao proporcionar a exclusão social de seus integrantes (COLLARES; MOYSÉS, 1996; MOLL, 2005; PATTO, 1991).

Este comportamento de exclusão desenvolvido no ambiente educacional, mais precisamente no desenvolvimento, do ensino-aprendizagem, surge constituído por dois acontecimentos característicos, embora parecidos nas consequências, são eles: fracasso escolar e indisciplina. No que diz respeito ao primeiro, refere-se a um momento de fracasso escolar no tangente a aprendizagem. O educando pode possuir estes momentos pelos mais variados motivos, dentre eles: prematuridade, por falta de bagagem dos anos anteriores ou situações de carência emocional e/ou familiar, e, de modo algum, possuir para os professores, causas pedagógicas pera esse fracasso. No que diz respeito a indisciplina a postura da equipe pedagógica é a mesma, a culpa com certeza é do transgressor.

O patamar galgado pelo tema fracasso escolar proporcionou pesquisas profundas nessa questão desde os anos de 1980 e 1990. Diversos estudiosos, dentre eles Carraher e Schliemann (1983) e Gatti et al. (1981), procuraram pesquisar o relacionamento frente as situações socioculturais, tradição educacional, fracasso no começo da frequência escolar e por fim a coordenação das organizações de ensino. Para esses estudiosos, os anos iniciais significam um momento marcante na escolaridade do aluno, afinal é neste momento que é avaliado sua capacidade linguística, cognitiva e social. Conforme Patto (1991, p. 346), no que se refere aos estudos, o posicionamento do educador é arcaico em sua maioria, “[...] o fracasso escolar é administrado por um discurso científico que, escudado em sua competência, naturaliza esse fracasso aos olhos de todos os envolvidos no processo”.

Arroyo (2000) complementa dizendo que se a instituição de ensino é um espaço de coordenação construída socialmente, quanto mais for tratada de forma pejorativa, mais a instituição se tornará seletiva e com isto as consequências recaem sobre os alunos que passarão a fazer parte da estatística dos excluídos.

Esta situação tem se apresentado de modo triste diante de um momento democrático vivido na atualidade. Percebe-se que embora o número de vagas disponibilizadas tenha tenham aumentado em nosso país, a instituição de ensino não acompanhou esse ritmo de ampliação e ficou com défice em construir atrativos e um ensino de qualidade para a permanência deste aluno na sala de aula.

Aquino (1996, p.44) compara a educação escolar da atualidade com a do passado, ressaltando esta segunda possui característica elitista e conservadora e que somente as classes mais abastardas poderiam frequentá-la. Entretanto, leva em consideração que as metodologias investidas se transformaram e ficaram mais aperfeiçoadas: "Hoje o fracasso contínuo encarrega-se de expurgar aqueles que se aventuram neste trajeto, de certa forma, ainda elitizado e militarizado."

Moll (2005) amplia dizendo que, reconhecendo-se que o acesso às unidades educacionais é uma realidade que vem aumentando durante o sáculo XX, ao se reportar no caminho de entrada e democratização da instituição escolar, os números indicam que de modo lógico a exclusão, tendo como maior fator o da posição social do indivíduo. Assim sendo, esse desprezo dispensado pela instituição diante do âmbito social ao curso da história e se inicia com a isenção do reconhecimento do problema.

Aquino (1996, p. 40) diz que: "[...] a visão hoje, quase romanceada da escola como lugar de florescimento das potencialidades humanas parece ter sido substituída, às vezes, pela imagem de um campo de pequenas batalhas civis; pequenas, mas visíveis o suficiente para incomodar". As "batalhas" citadas são os obstáculos enfrentados pelos educadores para raciocinar em sala de aula. As pesquisas demonstram que para o professor é imprescindível coordenação e unificação das tarefas e dos relacionamentos no âmbito escolar cuja meta é a aprendizagem e o cumprimento do currículo se concretize, o que significa uma postura submissa e comportamento condizente as expectativas do educador.

É de suma importância destacar que a expressão "indisciplina" mencionada neste trabalho está restrita a sala de aula e ambiente escolar, onde centraliza a maior quantidade de reclamação sobre o tema. Conforme o estudo do assunto (LOBATO, 2006; OLIVEIRA, M., 2002; PAPPA, 2004), as condutas que mais se destacam frente aos educadores como sendo indisciplina, abrangem comportamento e atos de agressão física (brigas e empurrões) e agressão verbal (xingamentos, ofensas e ameaças) entre eles. O comportamento

disponibilizado ao educador também se faz presente no estudo e são descritas como: responder ao professor com ofensivas, faltar com o respeito, teimar, desobedecer às regras previamente estabelecidas.

No que diz respeito ao comportamento indisciplinar que estariam relacionados a sala de aula e obviamente a instituição educacional, Maria Izete de Oliveira (2002, p. 117) assinala "[...] a falta de limites, a desobediência às normas, o não saber ouvir, o desrespeito ao horário, a bagunça, a rebeldia, os assobios, as gritarias, brincadeiras, conversas, andar pela sala e agir de má fé."

Os números assinalados controvertem com os estudos de Aquino (1998) no instante em que ele assegura que em nosso país os chamados de "alunos-problema" iniciaram seu surgimento de modo paralelo ao fracasso escolar, que ocorre no caminhar do começo da escolarização.

A pesquisa de Szenczuk (2004) ajuda ao ressaltar uma postura, em maior grau de institucionalidade e menos pessoal, no que diz respeito a indisciplina. De acordo com a autora, os estudos avaliados sugerem três tópicos de análise: a coordenação das tarefas de ensino. A coordenação das tarefas educacionais e o convívio de superioridade na instituição de ensino.

Para Aquino (1998), visto que a instituição escolar se posiciona alheiamente ao questionamento que acontece no meio de seu contexto, o termo a ser utilizado é o direcionamento do educando as mais variadas situações.

Entretanto, é preciso ressaltar que quando se fala em "fracasso escolar" existe a possibilidade de cuidar e reparar junto a um acolhimento em sala específica por motivos banais, porém quando se fala em indisciplina a postura é de encaminhamento para profissionais qualificados a identificarem problemas de transtornos. Frente a essa realidade, a instituição educacional consegue se ausentar da responsabilidade que acredita não se de sua orçada.

Collares e Moysés (1996), ao se referir ao preconceito no dia a dia da instituição educacional dizem que este é revolto de julgamentos predeterminados a respeito dos educandos e seus familiares. As autoras continuam:

Pelo discurso dos professores e diretores, a sensação é de que estamos diante de um sistema educacional perfeito, desde que as crianças vivam uma vida artificial, sem nenhum tipo de problemas, enfim, crianças que provavelmente não precisariam da escola para aprender. Para a criança concreta, que vive neste mundo real, os professores parecem considerar muito

difícil, senão impossível, ensinar. (COLLARES; MOYSÉS, 1996, p. 26).

Do mesmo modo, a instituição educacional é tida como socialmente sólida, que faz parte de um modelo sociopolítico, porém se mostra como "a coitada" de estar submetida a uma clientela imprópria. É uma situação de depositar no aluno atributos de responsabilidade por todos os equívocos de adaptação e instituição escolar ou no segmento das normas nunca antes expostas a essas crianças (AQUINO, 1996).

Charlot (2002) faz uma avaliação em que sobressai a carência de entendimento para o educando, o responsável quer de vilão quer de vítima da transgressão estão interligados. Continua com a afirmação de que existem dois atos de transgressão nas instituições escolares: a violência à escola e a violência da escola. No item inicial os educados buscam atacar tanto a escola quanto aqueles que a compõe. No seguinte pelo protesto do que ela significa em geral uma imposição.

De modo parecido, Santos (2001) chama a atenção para a avaliação da questão da violência na instituição de ensino, visto que esta esquece totalmente o desequilíbrio de condições frente a ausência de poder por parte dos educandos.

Diante dos fatos vivenciados e posicionamentos descritos e explanados por estudiosos, torna-se imprescindível que os professores precisam se posicionar o mais brevemente possível diante do entendimento de sua função educadora em sala de aula. Entretanto, de acordo com Rego (1996), do mesmo modo que concepção cultural, a indisciplina não é fixa, constante ou universal, visto que interage com estimas e perspectivas que oscilam durante o passar do tempo nas mais diversas culturas embora embutidas em uma única sociedade.

De acordo com Xavier (2003), as condutas mais utilizadas pelo educador nos últimos anos permitem o sentimento de insegurança diante da exclusão de seu referencial teórico. A respeito dessas transformações didáticas:

O que se percebe é que as escolas hoje, pelo menos as comprometidas com propostas mais democráticas/progressistas, não se veem como produtoras de sujeitos disciplinados/ordeiros, como nas propostas tradicionais, mas também não assumem a construção de sujeitos autônomos, autodisciplinados, do projeto moderno, como supostamente seria o defensável. Embora nos documentos oficiais haja, em geral, referência à produção de cidadãos autônomos como meta da escola, isto não parece se concretizar em termos de práticas pedagógicas. Não há planejamentos, ao menos explícitos, para consecução de tais objetivos. A escola não fala sobre – não

percebe, não assume? (XAVIER, 2003, p. 14).

Roure (2001) indica que, apenas nos últimos vinte anos, cinco períodos específicos seguem o questionamento a respeito de disciplina em nosso país. Primeiro as pesquisas de Piaget e Kholberg a respeito do desenvolvimento moral. O segundo permite ser identificado como os aspectos socialistas, embasados em particular nos estudos de Gramsci e Makarenko. O terceiro significa um diálogo acirrado a respeito da disciplina, através da edificação do conceito de valores. O quarto aspecto abrange o referencial psicanalítico. Para finalizar, o quinto, que argumenta e discutem de modo foucaultiana os relacionamentos e o poder na escola.

A pesquisa de Lapointe (2003) autorizou a verificação da importância da postura do educador no momento em que ocorre a indisciplina. A partir de uma conduta de coesão os alunos tendem a não aceitar e se trata então de uma situação incoerente, sem fim. Ainda segundo a estudiosa:

> As práticas discursivas históricas que circunscrevem modos de ser e agir, delimitam e prevêem condições para constituir-se como sujeito de determinados modos enunciados, conforme as expectativas normativas. Elas também marcam as posições sociais e institucionais, definem e capturam os sujeitos das/nas relações pedagogizadas: alunos, professores, diretores, pais etc. Neste sentido, um certo modo de ser sujeito está vinculado à instituição escolar, embora não seja exclusivo do funcionamento escolar. (NOGUEIRA, 2001, p. 118-119).

Enquanto a conduta dos educadores for punitivas diante da postura de seus alunos as sequelas serão significativas. A socialização de seus alunos está sob sua coordenação. Luciane Oliveira explica:

> [...] apesar da intensidade do processo de disciplinarização sobre os corpos na escola, pode-se perceber que existem momentos em que os sujeitos procuram encontrar um meio-termo entre a eficácia total do controle sobre seus corpos e as atitudes de transgressão de liberdade, que não contemplam totalmente esta eficácia. (OLIVEIRA, L., 2002, p. 13).

Alves (2002) indica em seu estudo que o currículo se encontra defasado, que os educadores possuem sua parcela de culpa ao não cumprirem seu horário de trabalho, valerem-se de uma metodologia ultrapassada, a isenção de conversação e nas condutas de indisciplina, os educandos eram repassados para outros profissionais. Respaldada nos estudos de Edgar Morin, a autora assevera que:

> [...] a indisciplina, que é complexa por essência, influi e é influenciada pelas partes e aspectos que a definem e a constituem, sendo assim, é urgente repensá-la a partir de uma visão de totalidade, que a

> torne envolvida com as partes e os recortes, mas sempre se considerando as partes e um todo uno, múltiplo e complexo, ao mesmo tempo, bem como a rede de relações existentes em uma sala de aula. (ALVES, 2002, p. 155).

Neste direcionamento frente à observação realizada Yasumaru (2006) constatou a falha na ocupação do tempo dos discentes no período escolar. Sobra tempo e faltam atividades, em especial atrativas. A autora ressalta que com a ociosidade o educando termina por agir de modo indisciplinado. Desse modo, "[...] um ensino bem planejado e bem executado seria uma forma de prevenção da ocorrência de comportamentos de indisciplina." (YASUMARU, 2006, p. 69).

A disciplina é compreendida como um conjugado grupo de normas que necessitam ser acatadas que traz como consequência o bom relacionamento e um ensino produtivo. Deste modo:

> [...] a disciplina é concebida como uma qualidade, uma virtude (do indivíduo ou de um grupo de alunos) e, principalmente, como um objetivo a ser alcançado pela escola. Como decorrência, a disciplina, ao invés de ser compreendida como um pré-requisito para o aproveitamento escolar, é encarada como resultado (ainda que não exclusivo) da prática educativa realizada pela escola. (REGO, 1996, p. 87).

Direcionado aos discípulos de Vygotsky, é indispensável registrar a importância da conduta do aluno, independentemente da idade, para a ampliação das funções psicológicas, tal como se portar de maneira consciente.

Disciplina no âmbito educacional significa toda conduta, gestos ou ações condizentes ao ambiente escolar, e determinados pelo educador, como: falar, andar, correr, agrupar, questionar, criticar e outros. Já a indisciplina significa as condutas não desejadas pelo educador, levando em consideração que educandos e educadores necessitam ter ciência da importância do bom relacionamento entre ambos.

Ou seja, professores que condizem suas atividades sem essa consciência na atividade profissional, creem que o sucesso educacional está respaldado no cumprimento das normas estabelecidas. Rego (1996, p. 91)

> [...] as concepções de desenvolvimento humano predominantes no meio educacional trazem sérias conseqüências à prática pedagógica pois reforçam a idéia de um determinismo prévio (por razões inatas ou adquiridas), que acarreta uma série de perplexidade e imobilismo do sistema educacional. A escola se vê, assim, desvalorizada e isenta de cumprir o seu papel de possibilitadora e desafiadora (ainda que não exclusiva) do processo de

> constituição do sujeito, do ponto de vista do seu comportamento de um modo geral e da construção de conhecimentos.

Fica obvio, portanto que a maneira como se entende a indisciplina ou disciplina pode trazer uma série de consequências para a prática pedagógica e automaticamente pode significar a diferença entre aprendizagem e fracasso escolar.

A participação da família na escola

A cooperação e presença da família frente ao ensino-aprendizagem são de suma importância. A criança adquire seus conhecimentos inicias com a família: o andar, o falar, conviver socialmente e só então a instituição educacional surge na vida do indivíduo para aperfeiçoar seu aprendizado.

> É impossível colocar à parte escola, família e sociedade, pois, se o indivíduo é aluno, filho e cidadão, ao mesmo tempo, a tarefa de ensinar não compete apenas à escola, porque o aluno aprende também através da família, dos amigos, das pessoas que ele considera significativas, dos meios de comunicação, do cotidiano. Sendo assim, é preciso que professores, família e comunidade tenham claro que a escola precisa contar com o envolvimento de todos. (SOUSA, 2008, p. 1)

As duas instituições unidas se fazem responsáveis pelo amanhã do educando, e por esta razão necessitam se fazer presente na vida escolar deste aluno. É preciso que a instituição familiar reconheça as carências de suas crianças na instituição educacional e vice versa.

Conforme Tiba (1996, p.166) “A educação cabe aos pais e à escola”. Porém, cabe aos familiares direcionar a criança a procurar na instituição educacional o desenvolvimento que o tornará cidadão apta a intervir no meio em que se encontra. Tiba (1996, p.166) assevera ainda que, “A educação ativa formal é dada pela escola. Porém, a educação global é feita a oito mãos: pela escola, pelo pai e pela mãe e pelo próprio adolescente”.

A instituição educacional necessita do respaldo dos pais para executar um trabalho de qualidade, não é viável a instituição estabelecer normas sem a aceitação dos familiares e educandos. Para que ocorra esta cumplicidade, os pais necessitam se fazer presentes no cotidiano educacional de suas crianças.

> Em termos educacionais a importância da família não está restrita apenas à garantia para a criança de um ambiente doméstico seguro. Os pais também precisam demonstrar um interesse real pelas atividades escolares, do filho, uma vez que está positivamente associado ao progresso escolar da criança. (LUNT e SHEPPARD APUD FONTANA, 2002, p.40).

A participação da família nas tarefas educacionais de sua criança, trás motivação no que diz respeito a criança executá-la com responsabilidade e atenção. Frente a este comportamento, o aluno se coloca numa posição de protegido, cuidado e busca um comportamento responsável.

Pode-se descrever um posicionamento da instituição familiar para colaborar com a ampliação de conhecimento de sua prole na instituição educacional, como se fazer presente nos encontros realizados na escola, compreender o motivo de tal acontecimento, como são regidas as regras da instituição e as finalidades que levaram a ser constituídas.

Atualmente, é corriqueiro a família transferir a responsabilidade da educação de suas crianças para a instituição educacional.

> Há pais que, por pagar uma escola, acham que esta é responsável pela educação dos seus filhos. Quando a escola reclama de maus comportamentos ou das indisciplinas do aluno, os pais jogam a responsabilidade sobre a própria escola (TIBA, 1996, p. 168).

Uma quantidade grande de famílias delega à instituição educacional a educação de suas crianças, que não possui consistência para substituir estes. Ao se ausentarem, diante da necessidade de prover ou complementar a renda familiar, buscam suprir esta ausência com mimos e satisfazendo seus desejos, em diversos momentos dispensáveis. Se ausentar do desenvolvimento educacional de um filho significa um equívoco enorme, demonstrando um descaso com sua ampliação educacional.

Instituições familiares e educacionais necessitam edificar unidas, por meio da educação, uma conivência para transpor os obstáculos, proporcionando o completo desenvolvimento do aluno.

A importância da família no processo de educar

Atualmente nos deparamos com um colapso de valores éticos e morais absurdos. Trata-se de uma realidade que não tem nada de novo, afinal é vista e vivida por todos de algum modo.

No ambiente escolar, em particular na sala de aula, a indisciplina e ausência de respeito vem crescendo de modo descontrolado, fazendo com que educadores a se portarem de modo autoritário e disciplinar. Para conseguir ensinar, tem feito os professores tomarem alguns posicionamentos como disciplinar, determinar limites e, em especial, dizer não.

É impossível ignorar a relevância da instituição familiar frente a formação e aprendizagem de seus filhos.

Avaliando esta nova sociedade que se apresenta como moderna, enxerga-se que

a mudança mais radical é o modo como esta se acha edificada. Aquele grupo familiar, composto por pai, mãe e filhos está em extinção. Hoje, encontram-se famílias compondo outras famílias. Frente as apartações e a inéditos matrimônios, surge um núcleo familiar de distintas famílias residindo no mesmo ambiente. Este novo molde de família acarreta sentimento de insegurança e de abandono, afinal a garantia de ter seus pais lhe protegendo e cuidando é substituída por pais que na maioria das ocasiões nem são seus.

É a sensação de impotência por não poder cuidar de suas crianças que traz um novo comportamento para o seio familiar: ignorar o que ocorre com sua prole. Desse modo, veem-se os pais se tornando reféns do próprio filho. Com medo de fazer algo de o desagrade, confirmam comportamentos inadequados e, portanto, terminam em prejudicar sua ampliação como sujeito, intelectualmente, mentalmente e emocionalmente.

É necessário resgatar, com urgência, a presença e participação da família no contexto escolar. Torna-se imprescindível que esta volte a ajudar efetivamente o processo educacional. É relevante, entretanto, dividir responsabilidades e jamais transferi-las.

A família precisa fazer um pouco mais de esforço para participar da vida de sua prole. Esta participação se dá através do envolvimento, empenho e ajuda. Esta deve se encontrar aleta frente às carências não apenas cognitivas, porém de conduta. Precisa se encontrar apta a interferir de modo plausível, objetivando constantemente o melhor para suas crianças, embora esta atitude traga diversos “nãos” as suas reinvindicações. Em outras palavras, a instituição familiar deve ocupar o lugar de garantia de vida e de proteção total, independente da formação estrutural que esta possua (KALOUSTIAN, 1988).

A importância de estabelecer limites

Na situação do sujeito não reconhecerem os limites, no instante em que estão reféns ao humos diário, em diversas ocasiões nada é possível realizar ou vice versa, afinal qualquer que seja a postura adotada eles irão ter um comportamento de revolta. Diante da falta de informação de até ondem podem chegar, ficam em estado de insegurança diante do indivíduo postado a sua frente, e esta situação lhe dá a sensação de desconforto que resulta em comportamento indisciplinar.

Do mesmo modo, o receio de cometer erros, decepcionar ou mesmo contestar termina por transformar em problemas ocorrências cotidianas. A conversa, o respeito, a amizade e conivência

são indispensáveis, para a ampliação, bem como estabelecer normas e a conduta.

Essas informações nos conduzem a relevância da instituição familiar como construtora da identidade social inicial, tendo a função de intermediária entre o sujeito e o meio social. Esta instituição é responsável pelo conhecimento das normas e importâncias que são importantes na sociedade. Torna-se inconcebível acreditar que a instituição educacional pode substituir a família ou preencher sua ausência. È através da família que o sujeito poderá construir um futuro digno e competente, visto que é nela que ele se espelha.

Quando os pais adquirem a competência de utilizar sua autoridade de maneira a não serem identificados como autoritários, e se portarem com atitudes claras e honestas, deixando nítida sua opinião ao determinar algo, as restrinja ficarão explícitos para o indivíduo, ajudando bastante, no instante de compreender a autoridade em ambientes externos ao lar.

Segundo Aquino (1996 p. 98):

> ... é impossível negar, portanto, a importância e o impacto que a Educação familiar tem (do ponto de vista cognitivo, afetivo e moral) sobre o indivíduo. Entretanto, seu poder não é absoluto e irrestrito. Para resguardar a efetividade de sua função educativa, a estrutura familiar precisa adaptar-se às circunstâncias novas determinadas normas, sem deixar, no entanto, de constituir um modelo de referência para os seus membros.

Tornar a adaptação mais fácil no futuro, é relevante afirmar que a conversação é item fundamental para todo relacionamento saudável, entretanto a decisão final deve vir dos pais, por serem adultos e pro terem o dever de fornecer educação e de cuidar pelo bem estar da família.

Quando a instituição familiar, seja de que modo estiver estruturado, cumpre suas responsabilidades em edificar uma formação respaldada em importâncias, com funções predeterminadas, com toda a certeza subtrairá do educador problemas comportamentais e colaborará com a qualidade da aprendizagem.

Escola, família e indisciplina

Estabelecer limites ao aluno permanece a ser de grande valia para a ampliação de sua individualidade e para a construção da cidadania. No entanto, este limita não deve possuir característica de repressão, porém de autorização diante da amplitude de lugar acolhido em que este sujeito se encontra sem medos ou receios de explanar seus pensamentos. Complementando esta conduta, a instituição educacional coordenar as normas de maneira a passar para o educando

o sentimento de segurança e justiça por todos, de modo igualitário, todos tendo que respeitá-las e cumpri-las, não deixando sob responsabilidade exclusiva do educador a culpa pelo comportamento de seu aluno.

A função da instituição familiar diante aos filhos é de suma importância. A criança carrega consigo valores e preceitos adquiridos no meio familiar e as leva para a instituição de ensino. No entanto, se ao se portar de modo desrespeitoso com o educador, brigar com os colegas na instituição escolar, menosprezar a atividade profissional do professor, não significar uma conduta reprovável por parte da família, esta criança não enxergará estes atos culposos. A afinidade do educando com a escola é atingida pelo valor que a família dispensa a ela.

> O desejo de saber e obter prazer pelo saber certamente está mediatizado em primeiro lugar pelos pais e, depois, mais tarde, pelos professores e pela escola. Um pode compensar o outro, ou até anular seus efeitos. (OUTEIRAL, 1994: 39).

De acordo com o autor, a função da instituição de ensino é educar, subtrair do educando sua potencialidade, divergente de ensinar, que significa inserir colocar "signos para dentro do indivíduo", isto é, o seu desenvolvimento está atrelado a três momentos: seus aspectos constitucionais, suas vivencias familiares o espaço educacional. Esses momentos significam a base do desenvolvimento educacional.

A maioria dos pais se encontra na situação de exaustão, muito atarefados, com pressa, largando suas crianças e renegando orientação e limites. Com a carência de suprir essa ausência, se abstêm de dizer "não", acreditando que o pouco tempo dispensado a eles devem ser íntegros, sem cobranças. Em outras situações ocorre uma ausência de tolerância diante dos afazeres diários, o que termina por ser dispensado ao filho somente agressões.

Ao se perceber um comportamento agressivo em uma criança, que pode ser através de maltrato ou agressão física e/ou verbal, identificamos que este fato ocorre diante de ser uma realidade vivida por ela. A postura a ser adotada nestas situações é não utilizar a violência ou mesmo um tom opressivo, mas sim desvendar essa criança e lhe proporcionar segurança.

Quando o sujeito percorre toda a sua infância debelada a um extenso tempo de estudo da submissão, na maior parte das vezes de maneira autoritária, impetradas com violência, raramente se tornará um adulto capacitado a assumir responsabilidades ou mesmo de contestar suas ações e suas implicações.

Por isso a carência de direcionar, conduzir, nortear os educandos. O educador

enquanto autoritário não humaniza, pelo contrário, castra o poder de pensamento do educando. A instituição de ensino procura realizar uma atividade particular, direcionada a cada aluno, identificar o aluno e não reconhecê-lo através de um número ou mesmo como um problema.

A instituição de ensino em diversos momentos identifica problemas para a concretização de aprendizagem, afinal a instituição educacional não dá oportunidade somente à analogia com o conhecimento, possui também desempenho social.

É de suma importância, também, que ocorra uma "relação de confiança" dentre os pais com a instituição de ensino elegida para ajudar na educação de suas crianças. Não devem ocorrer recriminações quanto a filosofia pedagógica da instituição na frente do filho, do mesmo modo que a instituição de ensino não pode impetrar para a instituição familiar a ausência de ajuda, de limites ou de participação. Necessitando ocorrer um diálogo funcional nesta relação, tornando-a mais produtiva.

Comumente a instituição de ensino procura uma significativa participação da família, repassando qualquer advento que tenha ocorrido na instituição com suas crianças. Deste modo ressalta-se também a necessidade da sociedade participativa estar inclusa na escola para colaborar com a dizimação dos obstáculos, possibilitando o acesso do educando ao meio social.

A determinação de limites é uma inquietação que abrange todo o sistema educacional. Pais, familiares, escola, comunidade e a sociedade em comum devem partilhar o encargo da educação dos educandos.

Precisamos entender que a função de educar a criança é do adulto e, consequentemente a qualidade desta se dá diante do trabalho deste..

METODOLOGIA BIBLIOGRÁFICA

Características da pesquisa

A metodologia empregada é a exploratória através de leitura profunda dos textos, sistematizada por Lessa (2011, p. 20 e 21) "A leitura imanente consiste na decomposição do texto em suas unidades significativas mais elementares: ideias, conceitos, categorias, na busca da trama que articulava tais unidades a uma teoria, hipóteses, teses e proposições, com o intuito de elaborar outras teorias interpretativas".

A Leitura Imanente é um utensílio que nos vale em estudos sistemáticos de pesquisas acadêmicos, publicadas em forma de livros, teses, dissertações, monografias, artigos, entre outros; bem como em estudos bibliográficos. O uso e aplicação contínua e crítica desta metodologia aprimora o campo cognitivo que envolve a compreensão e a

apreensão dos elementos que estruturam as formas de exprimir e materializar os conhecimentos científicos (BEZERRA, 2015).

Conforme Vieira (2006, p. 17), “a pesquisa bibliográfica fundamenta-se principalmente em análises qualitativas, baseadas em conhecimentos teórico-empíricos que permitem atribuir-lhes cientificidade".

Do ponto de vista dos objetivos

Quanto aos meios, em analogia à abordagem dos objetivos, esta pesquisa é exploratória, que tem em vista proporcionar familiaridade com o problema, tornando-o explícito ou, ainda, corroborando a construção de hipóteses (GIL, 2010).

O autor afirma que o principal objetivo da pesquisa exploratória deve ser o aprimoramento das ideias ou a descoberta de intuições.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos e da abordagem do problema

Os procedimentos técnicos utilizados para este estudo foi o levantamento bibliográfico e documental tem por objetivo proporcionar familiaridade com o problema, tornando-o mais explicitado (LAKATOS; MARCONI, 2001).

Através das pesquisas realizadas, de forma sistematizada, em livros, artigos científicos, disponíveis em documentos impressos e também em bases de dados virtuais reconhecidas, foi possível ampliar o conhecimento em torno dos temas que permearam este estudo, colaborando assim para uma fundamentação teórica capaz de respaldar a busca para atender aos objetivos propostos e responder de forma eficiente à pergunta de pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSSÃO

O fator disciplinar é um dos imensos problemas enfrentados no âmbito educacional, sendo considerado atualmente o “inimigo número um” do professor, significando o primordial motivo de estresse, abrangendo quer a instituição pública quer as privadas.

As primordiais reclamações no que tange a indisciplina são: falta de limites dos alunos, bagunça, tumulto, mau comportamento, desinteresse e desrespeito às autoridades da escola e também ao patrimônio. Diversos educadores indicam que os educandos não adquirem conhecimento diante de seu comportamento indisciplinado e responsabilizam a família por essas causas.

É possível interpretar a indisciplina de diversas maneiras. Uma criança ou um

educador indisciplinado é tido como uma pessoa que não possui conduta condizente com as regras estabelecidas no ambiente educacional. Essas condutas são nominadas de modo distinto dependendo de quem se trate: educador ou educando. Segundo Silva,

> A disciplina escolar é um conjunto de regras que devem ser obedecidas tanto pelos professores quanto pelos alunos para que o aprendizado escolar tenha êxito. Portanto, é uma qualidade de relacionamento humano entre o corpo docente e os alunos em uma sala de aula e, consequentemente, na escola (1986, p.117).

Dizimar ou minimizar a indisciplina tem sido um desafio diário de todo educador nas instituições de ensino, afinal não apenas induz outros alunos a adquirirem a mesma conduta, mas também atrapalha a aula, prejudicando assim a aprendizagem como um todo.

No dicionário da língua portuguesa Aurélio a conceituação de indisciplina se dá da seguinte forma: "Procedimento, ato ou dito contrário à disciplina" (2001, p. 414), entretanto a de disciplina é definida de modo: "1. Regime de ordem imposta ou mesmo consentida. 2. Ordem que convém ao bom funcionamento de uma organização. 3. Relações de subordinação do aluno ao mestre. 4. Submissão a um regulamento. 5. Qualquer ramo do conhecimento. 6. Matéria de ensino" (2001, p.258). Nota-se que os seis conceitos podem estar interligados com o processo educacional.

Quão à avaliação de indisciplina e, por decorrência de disciplina, Ives de La Taille conceitua-a como: "toda ação moral executada pelo sujeito e que está em desacordo com as leis impostas ou construídas coletivamente, tendo o indisciplinado consciência ou não deste processo de elaboração" (2006, p.60). Desse modo o educando precisa conhecer as normas comportamentais concordadas no âmbito educacional. No caso de discordância é necessário questioná-la através de debates.

Entretanto, estudos realizados, tendo como referência o estudo piagetiana, têm indicado que normalmente o educando indisciplinado é o que possui maior grau de inteligência, de curiosidade, é esperto e bastante desenvolvido moralmente. La Taille realiza as seguintes ressalvas: "a) a indisciplina, seja em relação às regras impostas ou construídas democraticamente, é sempre indisciplina; b) a violência nem sempre é sinônimo de indisciplina; c) porém, a indisciplina é, em determinadas situações, ética [...]" (2006, p. 61). É interessante que o educador conduza uma situação de indisciplina para entender e validar a coesão das regras estabelecidas.

Podemos conceituar a indisciplina como a ausência de limites, uma desobediência quando se trata do direito do próximo, não entender as normas de convivência e ausência de solidariedade. Ela ocorre no momento em que a conduta do aluno não permite a instituição de ensino e o currículo cumpra sua finalidade. Portanto, "assim como a água corre morro abaixo e o fogo morro acima, o comportamento evasivo, a indisciplina, o desrespeito aos professores e a falta de ética crescem com a ausência de limites adequados" (TIBA, 1998, p.120).

Uma conduta indisciplinar é toda e qualquer ação ou omissão que vai contra as normas ou regras estabelecidas pela instituição educacional, pelo educador ou mesmo pela comunidade escolar. Trata-se, portanto, de uma contestação a autonomia do educador, conforme é possível observar na explanação de Simões:

> O aluno contesta porque não está de acordo com as exigências do professor, com os valores que ele pretende impor, com seus critérios de avaliação, a sua parcialidade, [...]. Existe entre o professor e o aluno uma relação desequilibrada. O aluno não aceita o professor ou a sua disciplina. O professor não consegue motivar o aluno, ou despertá-lo ou cativá-lo (1996, s/p).

Diante do fato fica a indagação: Sendo assim, cabe perguntar: Os alunos são indisciplinados por natureza ou porque as circunstâncias os estimulam a assumirem comportamentos desviantes?

De temos em tempos é necessário rever e se necessário alterar, anular ou mesmo atualizar as situações que se notam ultrapassadas ou sem necessidade. De acordo com Wallon:

> A disciplina pode ser entendida diferentemente segundo a tarefa do mestre, é considerada como de puro ensino ou de educação e segundo o aluno, é considerado como simples inteligência a guarnecer de conhecimentos ou como um ser a formar para a vida (1979, p.367).

A disciplina é de suma importância para toda criança. É relevante para a sua ampliação social e significa aprender. Entretanto, para que seja educativa, eficiente e saudável necessita ser utilizada com astucia, imparcialidade, responsabilidade e justiça. Levar a criança a respeitar normas e regras colabora com sua adaptação no meio social e no mundo. Desse modo, a criança adquire conhecimento dos direitos e deveres a serem seguidos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de indisciplina é susceptível de múltiplas interpretações. Um aluno ou professor indisciplinado é, em princípio, alguém que possui um comportamento desviante em relação a uma norma explicita ou implícita sancionada em termos escolares e sociais. Estes desvios são, todavia, denominados de forma diferente conforme se trate de alunos ou de professores: os primeiros são chamados de indisciplinados, os segundos de incompetentes.

Na sua competência técnica para a docência o professor além do domínio de conteúdos deve conhecer várias metodologias para tornar as aulas atraentes, como forma de minimizar as necessidades de experiências novas que as crianças e jovens necessitam, e que contribuem para o enfrentamento da indisciplina.

O professor que vem para ministrar sua aula sem planejar as atividades que serão desenvolvidas abre o livro texto e pede para os alunos estudarem cada um em sua carteira, muitas vezes conteúdos soltos, acabam desmotivando a sala de aula. O rendimento e disciplina dessa turma se veem comprometidos por essas atitudes do professor.

É necessário que o professor desenvolva e conquiste autonomia para lidar com a indisciplina na sala de aula. Isso não significa deixar o professor sozinho com a indisciplina, mas fomentar um trabalho em parceria, baseado em responsabilidades claramente definidas e com o auxílio estratégico da equipe de apoio pedagógico em situações que requerem intervenção.

Os alunos como ponto principal da existência de toda estrutura escolar devem ter uma postura crítica conhecendo e exigindo seus direitos, lutando por melhores condições de ensino e principalmente compreendendo que estudar exige esforço, dedicação e concentração.

É eminente que a indisciplina transita nas escolas da rede pública e na rede particular, o que se difere são as atitudes e o relacionamento nas instituições educacionais. Na instituição escolar particular embora os pais sejam participativos, em atividades, reuniões e mesmo cotidianamente, é explícito a relação aluno/cliente existente, invertendo os olhares. Quem julga por fim é o aluno. E o resultado da indisciplina pode ser a orientação de uma equipe multidisciplinar que forneceria assistência a este aluno e de igual forma a família, bem como pode ser inverso, ocorrer à omissão do fato existente, tornando o problema mais intenso com o passar dos anos.

Na instituição escolar pública não existe muito respaldo por parte dos pais, a grande maioria não participa da vida escolar

de seus filhos, não vão à escola às reuniões, muitos preferem eximir a responsabilidade e transferi-la à escola, em que o elo mais significativo é os professores os quais são massacrados por essa corrente da Educação e os alunos são os maiores prejudicados.

Porém, para se tentar resolver o problema da indisciplina, se faz necessária uma contribuição e uma junção entre professores, educadores, família e aluno.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Fracasso escolar: o peso da cultura escolar e do ordenamento da educação básica. In: ABRAMOWICZ, Anete; MOLL, Jaqueline (Org.). Para além do fracasso escolar. 3. ed. Campinas: Papirus, 2000. p. 11-26.

AQUINO.J.G. A desordem na relação professor-aluno.In: Aquino.J.G. (org) Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas.8 ed. São Paulo: Summus, 1996.

CHARLOT, Bernard. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Porto Alegre, n. 8, p. 432-443, jul./dez. 2002.

COLLARES, Cecília A. L.; MOYSÉS, Maria Aparecida. Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização. São Paulo: Cortez, 1996.

FONTANA, D.Psicologia para professores.2 ed. edições Loiola.São Paulo,2002.

GATTI, Bernardete Angelina et al. A reprovação na primeira série do primeiro grau: um estudo de caso. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 38, p. 3-13, ago. 1981.

LAPOINTE, Judith M. Teacher/Student conflict and misbehaviour: toward a model of the extended symmetrical escalation. Journal of Classroom Interaction, Washington, v. 38, n. 2, p. 11-19, 2003.

LOBATO, Vivian da Silva. Concepções de professores sobre questões relacionadas à violência na escola. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29.2006, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2006. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT20-1739--Int.pdf>. Acesso em: 14 set. 2020.

MOLL, Jaqueline. No fio da navalha: o direito à inclusão e à singularidade no contexto escolar como elementos para a reinvenção do presente. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 28, 2005, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2005. p. 1-15.

NOGUEIRA, Ana Lúcia Horta. O sujeito e as normas: as práticas discursivas na instituição escolar. 2001. 129 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2001.

OLIVEIRA, R. As atitudes dos professores relacionadas à indisciplina escolar. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, UTP. Curitiba – PR. 2004, p.186.

PAPPA, João Segura. A (in)disciplina e a violência escolar segundo a concepção de professores do ensino fundamental. 170 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília, 2004.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

REGO, Teresa Cristina. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vigotskiana. In: AQUINO, Julio Groppa (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1996. p. 83-101.

ROURE, Susie Amâncio Gonçalves de. Concepções de indisciplina escolar e limites do psicologismo na educação. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 24., 2001, Caxambu. Anais... Caxambu: ANPEd, 2001. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/24/tp1.htm#gt20>. Acesso em: 19 set. 2020.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 27, n. 1, p.105-122, jan./jun. 2001.

SOUZA. A. P. A importância da parceria entre família e escola no desenvolvimento educacional.Disponível em http://www.rieoei.org/1821.htm Acesso em 24 de agosto de 2008.

SZENCZUK, Dorotéa Pascnuki. (In)Disciplina Escolar: um estudo da produção discente nos programas de pós-graduação em Educação (1981-2001). 2004. 204 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

TIBA, Içami. Disciplina, limite na medida certa. 50. ed. São Paulo: Editora Gente, 1996.

WALLON, Henri. Psicologia e Educação da Criança. Lisboa: Veja, 1979.

XAVIER, Maria Luiza M. de Freitas. Os incluídos na escola: o disciplinamento nos processos emancipatórios. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓSGRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 26., 2003, Poços de Caldas. Anais... Poços de Caldas: ANPEd, 2003. p. 1-17. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/26/inicio.htm>. Acesso em 26 nov. 2020.

YASUMARU, Vital Toshio. Comportamentos de indisciplina: um estudo com a 4ª série do ensino fundamental. 2006. 74 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.